

Explicações de Delfim aos leitores norte-americanos

O Wall Street Journal, citando o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto, disse ontem que o governo brasileiro prosseguirá em sua atual política de renegociar a dívida externa. O jornal, o mais prestigioso na área econômica dos Estados Unidos, tem dedicado mais espaço aos problemas econômicos brasileiros do que qualquer outro diário norte-americano, e publicou ontem uma longa entrevista com Delfim.



Qualificado pelo repórter Neil Uiman, sendo "na verdade o czar econômico mais em desenvolvimento mais endividado do mundo", Delfim Neto traçou, na entrevista, "um roteiro otimista para a recuperação econômica brasileira. Mas admitiu que o futuro está cheio de interrogações e que o governo poderá deixar de cumprir algumas promessas feitas recentemente ao Fundo Monetário Internacional".

Delfim — afirma a matéria — falou em termos muito amplos, sem especificar quanto da dívida externa tentaria refinarciar. Mas os comentários dele sugerem que os banqueiros norte-americanos enfrentarão vários anos de duras negociações a respeito dos empréstimos concedidos ao Brasil, mesmo se for possível alcançar um acordo final, com condições mais favoráveis para o pagamento de novas e antigas dívidas, conforme pacote recentemente elaborado.

Este pacote — cujo montante é de US\$ 12 bilhões e que ainda não foi aprovado pelas centenas de credores do País, apesar de ter sido recomendado pelos principais bancos envolvidos — consiste de novos empréstimos no total de US\$ 6,5 bilhões e em aproximadamente US\$ 5,5 bilhões de dólares em dívidas a vencer em 1984, para os quais pede mais nove anos de prazo para pagar, com cinco anos de carência e algumas pequenas concessões quanto aos juros.

Ganhando tempo

Caso seja aprovado, o pacote será "muito importante" para ajudar o Brasil a realizar seus futuros pagamentos, disse Delfim, acrescentando que a medida suprimirá desembolsos de vários bilhões de dólares, referente ao serviço da dívida externa no final desta década. Além disso, "teremos tempo para aumentar nossas exportações e substituição de importações, o que é fundamen-

talmente importante". Mesmo assim — disse Delfim — o Brasil continuará procurando melhores condições para pagar a dívida já existente — e não apenas em relação a novos créditos.

Isto está de acordo com os interesses não apenas do Brasil mas dos próprios credores. "Eles precisam abrir-nos créditos, em condições que nos permitam pagar."

Assim, Delfim tornou pública uma política que muitos dos analistas da situação

brasileira consideraram inevitável, senão já em vigor.

Enquanto isto, os atrasos do Brasil nos seus pagamentos externos alcançarão cerca de US\$ 3,9 bilhões até o final deste mês, disse Delfim. O governo aguarda para novembro o desembolso de empréstimos já contratados, mas ainda retidos, para pagar os atrasados.

Delfim também traçou um plano de recuperação financeira que dá grande importância ao setor agrícola. As exportações de soja terão de aumentar consideravelmente; as importações de petróleo cairão. O superávit comercial, no momento em elevação, será ainda maior. Sérios cortes nas importações do setor público deverão permitir que a indústria privada, em dificuldades, tenha espaço para aumentar as importações de matérias-primas e aumentar a produção. As exportações de produtos agrícolas garantirão um pequeno reacquecimento da economia brasileira em declínio e mais recursos para o pagamento da dívida externa, prevê Delfim. Ele admitiu, no entanto, que existem muitos "senões" neste quadro.

Algumas de suas previsões — comenta o Wall Street Journal — são mais otimistas e outras menos otimistas do que as recentemente apresentadas ao Fundo Monetário Internacional e aos principais bancos credores, num documento que Delfim Neto forneceu a este jornal.

"Seu otimismo não surpreende os que conhecem o corpolento e persuasivo ministro do Planejamento — diz o jornal — não apenas como o arquiteto, mas também como o supervendedor da política econômica brasileira. O fracasso de algumas de suas previsões anteriores criou problemas de credibilidade para ele e para sua equipe econômica. O não-cumprimento de suas promessas levou o FMI e os bancos estrangeiros a sustarem a liberação de bilhões de dólares de empréstimos anteriormente aprovados, levando o Brasil à atual crise de liquidez."

Uma das previsões de Delfim na entrevista que diferem de promessas contidas na carta de intenção ao FMI datada de 15 de setembro último se explica pelas novas decepções ocorridas desde que a carta foi preparada. No mês passado, por exemplo, o governo comunicou ao FMI que diminuiria a inflação doméstica a um índice mensal de 5% no último trimestre deste ano. No entanto, a inflação brasileira subiu a mais de 12% em setembro, transformando a previsão para o último trimestre numa "meta muito difícil", admitiu Delfim.

Enfatizando o papel da agricultura brasileira na qual os economistas privados também vêem melhoras, Delfim antecipa um crescimento de 5 a 6% na safra de 1984 "desde que as condições climáticas continuem sendo razoáveis. Mas as inundações danificaram plantações no valor de centenas de milhões de dólares no Sul do País, em julho último. A seca assola a região Nordeste. E a chuva está prejudicando o Estado do Rio de Janeiro e os seus arredores nos últimos dois meses".

Mesmo assim, Delfim prevê uma produ-

ção crescente de milho, arroz e, principalmente, soja, o mais importante produto primário de exportação do Brasil. Juntamente com um aumento de 7 a 8% nas exportações industriais, e um não-crescimento das importações, isto resultaria num superávit comercial de US\$ 9 bilhões em 1984, mais que os US\$ 6,3 bilhões esperados para este ano.

Um aumento na produção brasileira de petróleo deverá diminuir os custos da importação do produto para US\$ 6,9 bilhões no próximo ano, em comparação com os US\$ 8,1 bilhões deste ano e os US\$ 10,1 bilhões de 1982.

O crescimento agrícola e a expansão da indústria privada, tornada possível com menores restrições das importações e redução dos juros internos, sublinham as esperanças de Delfim Neto em relação a "um índice pequeno mas positivo de crescimento" da economia brasileira em 1984. Compare-se isto com a previsão de crescimento nulo feito ao FMI e aos banqueiros e com os prognósticos de economistas privados de que continuará a recessão.

As expectativas de expansão da agricultura baseiam-se parcialmente no aumento dos preços que o governo permitiu para compensar a abolição gradativa dos subsídios. Estas medidas fazem parte de um amplo pacote adotado para diminuir o déficit governamental, reduzir a presença do governo nos mercados de crédito e para forçar a diminuição dos juros internos para o que Delfim chamou de "níveis mais decentes". Ele calculou que as atuais taxas reais de juros domésticos sejam de aproximadamente 25%. Banqueiros brasileiros afirmam que estas taxas estão mais próximas de 35%.

As esperanças

E Delfim diz: "Se a economia mundial começa a crescer e se a economia norte-americana e as européias se recuperarem... se continuarmos competitivos nas exportações... se realmente pudermos continuar com o programa de substituição de importações... se as taxas de juros norte-americanas declinarem... se no decorrer dos próximos quatro ou cinco anos não tivermos surpresas como o choque do petróleo, então acredito que estas novas condições são bastante adequadas para a solução dos nossos problemas. Mesmo se algumas delas não forem completamente realizadas, eu acredito que poderemos contornar o problema".

— O ponto principal — insistiu ele — é que o Brasil está convencido de que usamos muita poupança externa para sustentar um desenvolvimento ambicioso, e que agora chegou a hora de pagar. Desde 1979, nós não tivemos quaisquer novos problemas; nós estamos simplesmente dando os toques finais em problemas antigos.

— Nós estamos fazendo ajustes físicos, produzindo mais combustível internamente e tornando as exportações mais competitivas para termos os recursos necessários para pagar. Nós sabemos que isto significa transferências para o setor externo, o que é o nosso pagamento pela utilização das poupanças externas. Nós não pretendemos modificar este comportamento.

John Alius, de Nova York.